

MILITAR VÊ DEFESA DO GOVÊRNO

A respeito da aplicação da pena de morte no Brasil, para os delitos politicos, de conformidade com o Ato Institucional numero 14, editado anteontem, o Promotor João Vieira do Nascimento, da Primeira Auditoria da Marinha, revelou que "o Governo tem de se armar de elementos necessários para a sua defesa". Já o Promotor José Manes Leitão, da Primeira Auditoria da Aeronáutica, não quis tratar sobre a matéria, mas disse que somente falará "em tórno do assunto em casos concretos, quando tiver que aplicar a lei".

O Julz Osvaldo Lima Rodrigues, da Primeira Auditoria da Marinha, limitou-se a afirmar: "Aplicarei a lei de acôrdo com as provas dos autos".